----------ATA Nº. 31----------

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2021: Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão extraordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Desafetação do Domínio Público Municipal – Requerente: Maxividro – Transformadores e Distribuidores de Vidro, S.A. – Zona Industrial de Viadores (Proc.º 60-2021 – 198); ----------

2) Regulamento do Mercado Municipal e da Feira Semanal da Mealhada – Aprovação Final; ----------

3) 3.ª Revisão Orçamental do ano 2021. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pela Senhora Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Nuno Miguel Ferreira de Melo e Jorge Manuel Ferreira Rama solicitaram a sua substituição, tendo sido substituídos por Iola Marina Gaspar Batista e Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, respetivamente. -------

O Senhor Presidente da Junta de Barcouço, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, comunicou a sua substituição pela Senhora Rosa Maria dos Santos Baptista, Secretária da citada Junta de Freguesia. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Marilisa Morais Duarte, Isabel Maria Santos Luzeiro, Rodrigo Manuel Gomes Breda e Nuno Filipe dos Santos Veiga, não estiveram presentes. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice - Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte em

substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo-se inscrito a Senhora Sofia Margarida Alves Martins e o Senhor Carlos Filipe da Silva Costa. ----------
1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Sofia Margarida Alves Martins que iniciou por manifestar as suas preocupações relativamente ao Agrupamento de Escola da Mealhada. Continuou felicitando pela concretização do projeto de acessibilidade que possibilitou uma criança com mobilidade condicionada aceder livremente à escola este ano letivo, sublinhando contudo que em dois mil e dezasseis foram anunciados melhoramentos na Escola EB 2/3 da Mealhada e até hoje, mesmo com a pressão da Associação de Pais, nada foi feito, sendo que as obras na Secundária decorrem há mais de três anos. Prosseguiu dizendo, relativamente à Escola EB 2/3 da Mealhada, que fazem parte das preocupações o estado do bar, a falta de um espaço coberto para as crianças e a capacidade diminuta do ATL, salientando, quanto à Secundária da Mealhada, o coincidir de obras com o início do ano letivo. Finalizou abordado o constrangimento com o acesso ao Centro Escolar da Mealhada e a perigosidade do mesmo, questionando quando será a data para o término das obras que possibilitará aos pais e crianças o acesso com toda a segurança e garantir o acesso de veículos de emergência e de tudo o que possa ser necessário ao Centro Escolar. (inicio: 03 minutos; fim: após 10 minutos) -
De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que no uso da mesma, referiu que se trata de uma injustiça quando se diz que nada foi feito na Escola EB 2/3 da Mealhada, pois quando ocorre um reporte de alguma situação a precisar de resolução é enviado alguém para tratar da situação, e isso pode ser confirmado pelo Senhor Coordenador da Escola. Continuou dizendo que ninguém ficaria mais satisfeito que o Executivo que as obras da Secundária estivessem concluídas e que os problemas serão resolvidos e relativamente aos acessos do Centro Escolar da Mealhada sublinhou a presença de viaturas da GNR para auxilio nos constrangimentos existentes e que poderão eventualmente acontecer. Finalizou dizendo que há que ter paciência porque a Escola vai ficar melhor, informando ainda que tanto o aluno citado e o seu pai expressaram satisfação pela melhoria criada relativamente à mobilidade. (inicio: 11 minutos; fim: após 16 minutos) ----------
2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Carlos Filipe da Silva Costa que iniciou por dizer que questiona por si mas também pela Associação dos Amigos do Cértima e da Pateira. Perguntou relativamente à ETAR e ao seu estado atual, nomeadamente às estações a construir e o plano de contingência nas chuvas, questionando ainda acerca do problema da pocilga e as descargas para o Cértima. (inicio: 16 minutos; fim: após 18 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma, referiu que a ETAR cumpre todos os parâmetros que são exigíveis em termos ambientais e que em tempo de excecional pluviosidade podem ocorrer

alguns problemas mas isso é algo que afeta todas as ETAR. Quanto à pocilga, a Câmara mantém um processo em Tribunal e tem exercido toda a influência junto das autoridades administrativas e ambientais mas, de facto, os Tribunais são a última reserva de defesa dos cidadãos. Continuou expressando que tem sido exaustivamente enviadas queixas para a APA, Ministério do Ambiente e SEPNA, contudo existe uma Regularização Extraordinária, contra a qual será interposta uma providência cautelar e votado contra na Comissão de Avaliação Extraordinária, que permite administrativamente que a situação se mantenha. Finalizou sublinhando que existem dois fundos comunitários que permitem ajudar na resolução do problema, o Fundo de Transição Justa e um programa no PDR, os quais foram dados a conhecer à empresa em questão mas a mesma, até hoje, nada fez e por isso será interposta uma providência cautelar a solicitar o encerramento da pocilga. (inicio: 18 minutos; fim: após 21 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – REQUERENTE: MAXIVIDRO – TRANSFORMADORES E DISTRIBUIDORES DE VIDRO, S.A. – ZONA INDUSTRIAL DE VIADORES (PROC.º 60-2021 – 198): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Manuel Lima Louceiro e Ana Luzia Quintela Santos Cruz. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que a seguir se transcreve: ----------

"*Começamos por registar estranheza pela marcação desta sessão extraordinária… Não obstante, aqui estamos, cumprindo os deveres de fiscalização, participação e intervenção que resultam do voto de quem em nós confiou.* ----------

Gostaríamos de saber qual foi o assunto que, pela sua inadiável urgência, determinou o requerimento do senhor presidente para uma sessão a menos de uma semana das eleições autárquicas. Claro que o problema não é de ilegalidade, a Assembleia Municipal da Mealhada (AMM) está em pleno exercício das suas competências. Não sendo ilegal, não deixa de ser estranho, repetimos. ----------

Qual foi o assunto que tinha, impreterivelmente, de ser tratado? A desafetação do domínio público na Zona Industrial do Canedo? O regulamento do Mercado Municipal da Mealhada (não nos parece)? A nova revisão orçamental?! ----------

Um anterior pedido de desafetação do domínio público que também respeita à Maxividro foi discutido em sessão da AMM realizada em 29.04.2016, também com invulgar pressa, acrescentado à ordem do dia sem tempo para análise, verificação e avaliação. O PCP contestou a introdução do ponto que teve de ser aprovada pela AMM, considerando não haver condições para uma ponderada formação do sentido de voto. Há de haver quem nos tenha acusado de querermos criar dificuldades. O nosso pedido para adiar o tratamento do assunto caiu em saco roto e a proposta de desafetação acabaria por ser aprovada por todos os elementos presentes da AMM, à exceção dos dois eleitos do PCP, António Neves e Suzete Gomes. ----------

A reunião da Câmara Municipal (CM) – 10.05.2021 – em que foi apreciada a presente proposta de desafetação, também relacionada com a Maxividro, o senhor presidente esteve ausente; a reunião foi presidida pelo senhor vice-presidente. ----------
O assunto já havia sido abordado na reunião da CM de 19.04.2021. Nesse ponto, o presidente pediu escusa e ausentou-se, invocando o facto de manter uma grande amizade de mais de trinta anos com o dono da empresa. A grande e longa amizade com o dono da empresa, invocada pelo presidente na reunião da CM de 19 de abril, recomendaria, salvo melhor opinião, que este assunto não fosse trazido para uma sessão extraordinária marcada a menos de uma semana das eleições autárquicas.
Do que tratamos aqui? Do desejo do senhor presidente e da maioria do PS deixarem a casa arrumada antes de se concluir o mandato, vindo outro em que, eventualmente, a correlação de forças e as condições de decisão sejam diferentes? Mas, convenhamos, isto não pode configurar um tratamento preferencial do pedido feito pela administração da Maxividro, posto que, com toda a certeza, haverá outros processos pendentes que irão transitar para o próximo mandato? Porquê a pressa especial em resolver este, e não outros, quando daqui a pouco tempo a AMM terá de reunir, é certo, com nova composição? ----------
Vale aqui o adágio, com as devidas adaptações de género, que à mulher de César não basta ser séria, deve parecer séria. ----------
-Posto isto e aguardando explicações, cumpre-nos dizer que, não obstante as críticas expostas, analisámos, como nos competia, a proposta. Já agora, não sendo isto o importante, pareceu-nos que a remissão para o art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, deveria ser para o art.º 17.º, que, esse sim, diz respeito à desafetação e determina que "Quando sejam desafectados das utilidades que justificam a sujeição ao regime da dominialidade, os imóveis deixam de integrar o domínio público, ingressando no domínio privado do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais." Cremos que é este o quadro invocado na proposta que estamos a apreciar. ----------
Deslocámo-nos ao local para verificarmos ali o que a CM propõe, em termos de desafetação, tendo assim formado a opinião de que a área a desafetar indicada na planta deixou, efetivamente, de ter uma utilidade que obrigue à sua manutenção no domínio público. É a opinião que formámos, tendo em conta que, manifestamente, aquela área deixou de corresponder a uma via de circulação comum na zona industrial. Não encontrámos, portanto, razões objetivas para nos opormos à alteração do regime de dominialidade. ----------
Cremos que é sobre isto que a AMM tem de se pronunciar, de momento. No entanto, como faz parte da informação técnica, sabemos que a desafetação visa a alteração de dominialidade que permita a transmissão onerosa para a Maxividro. A informação técnica que foi transmitida à CM sugere que essa transmissão venha a realizar-se pelo valor de 14,00 euros por m2 fixado no Regulamento de Venda de Lotes. Entendemos que esse terá de ser, em todo o caso, o valor mínimo a praticar na futura transação. A adoção de um valor superior não deverá deixar de ser ponderada, atendendo à situação concreta que apreciamos. ----------

Cumpre-nos, por último, dizer com honestidade que não temos amizade – e julgamos que nem conhecimento – com o dono da empresa em causa, assim como nunca recebemos convites ou telefonemas a questionar a nossa posição sobre este assunto." (inicio: 22 minutos; fim: após 29 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, esclareceu que, como bem disse o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, ilegalidade não se conhece e como diz o Regimento da Assembleia Municipal e a Lei Geral, as assembleias extraordinárias são convocadas quando são pedidas e tendo sido recebido ofício, datado de sete de setembro de dois mil e vinte e um, a solicitar a marcação de uma assembleia extraordinária, pelo Senhor Presidente da Câmara, com os três assuntos que estão na Ordem do Dia, ou se cumpria a Lei ou não e ficaria no poder/disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara, que foi quem solicitou a marcação da sessão extraordinária, poder fazê-lo ele próprio, tal qual diz no citado Regimento. Portanto, como não havia razão alguma para recusar tal pedido, a sessão foi de imediato convocada, respeitando prazos. (inicio: 30 minutos; fim: após 32 minutos) ----------

Em seguida o Senhor Deputado Municipal João Louceiro pediu a palavra, tendo-lhe sido dada, através do qual questionou a resposta da Senhora Presidente da Mesa, esclarecendo que não tinha colocado em causa a marcação e a convocação da sessão pois a mesma teria de ser efetuada mas sim a urgência da mesma e que essa questão era dirigida ao Senhor Presidente da Câmara. (inicio: 32 minutos; fim: após 33 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que havia urgência relativamente aos três pontos. (inicio: 33 minutos; fim: após 33 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma iniciou por transmitir estranheza pela convocatória de uma sessão extraordinária a poucos dias das eleições, e porque em setembro estaria à espera de uma reunião ordinária. Continuou questionando o porquê de não existir transmissão online da sessão. De seguida leu o documento, cuja transcrição requereu, e se transcreve: ----------

"Solicitava esclarecimento sobre esta desafetação; já que desde 2016 a área foi considerada de utilidade pública e agora não, "a porção de arruamento enquanto bem do domínio público, deixou de desempenhar a função de utilidade pública..." (inicio: 34 minutos; fim: após 36 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que não intervinha sobre o assunto da Maxividro. Quanto à urgência da convocatória da sessão é porque os três assuntos são imperiosos, o primeiro por estar pendente de uma reunião de câmara; o segundo, o Regulamento do Mercado Municipal, é urgentíssimo; o terceiro é mais do que urgente, é uma revisão orçamental. Em relação ao primeiro ponto estava presente na sessão a Senhora Engenheira Margarida Costa, que poderá dar os esclarecimentos de origem técnica, de origem de cumprimento do Plano Diretor e tudo o que solicitarem, sendo que a

Senhora Engenheira Arminda Martins também poderá intervir sobre este ponto. (inicio: 36 minutos; fim: após 37 minutos) ----------
Ato contínuo foi dada a palavra à Senhora Engenheira Margarida Costa, que no uso da mesma, esclareceu que relativamente às funções de utilidade pública seria conveniente visitar o local para ter melhor perceção porque o que lá está é efetivamente uma área que deixou de desempenhar as funções de utilidade pública, de circulação rodoviária e que existe uma parcela mínima de uma edificação que ocupa domínio público numa porção de cento e setenta e oito metros quadrados e acaba por haver ali parte de um arruamento público. Prosseguiu informando que se trata de uma área de mil e quatrocentos metros quadrados, elemento que é essencial relativamente à delimitação que é feita nos processos de obras, a limitação da propriedade e relativamente também à utilização de domínio público, quer pela delimitação do prédio, quer pela área que está a ser utilizada. Finalizou dizendo que em dois mil e dezoito foi aberto o processo de autorização de utilização daquele estabelecimento industrial, que foi concedida, e em dois mil e dezanove foi emitido o alvará, sendo que com o processo em andamento foram submetidos pedidos de construção, e que totalizam um total de três mil metros quadrados ocupados, dimensão que justifica e com certeza haverá fundamentos implícitos relativamente a esta dimensão. (inicio: 38 minutos; fim: após 44 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria questionar a Senhora Engenheira Margarida Costa, tendo intervindo o Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, para dizer que já foi ao local e indagava se era normal uma entidade privada ocupar tão facilmente uma via pública rodoviária, e que todo este processo causava estranheza à população. Finalizou dizendo que percebe que a empresa tenha a necessidade de se expandir, e que era um bom sinal, mas que não entendia como era possível tal situação. (inicio: 44 minutos; fim: após 46 minutos) ----------
Respondeu a Senhora Engenheira Margarida Costa dizendo que estava unicamente a tentar solucionar o problema, para fazer a reposição da legalidade urbanística relativamente àquela área de construção que é significativa. (inicio: 46 minutos; fim: após 46 minutos) ----------
Em seguida interveio o Senhor Presidente da Camara Municipal para esclarecer e sublinhar que não era a primeira vez que ocorre esta situação no Município. (inicio: 47 minutos; fim: após 47 minutos) ----------
Ato contínuo, e não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Rosa Maria dos Santos Baptista, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, sete

votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Iola Marina Gaspar Batista, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e com duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio: 47 minutos; fim após: 48 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, esclareceu que, relativamente à transmissão online, a mesma ocorreu aquando da sessão anterior mas teve um custo associado pois foi realizada por uma empresa externa. Entretanto os serviços do Município entenderam que estariam habilitados para o fazerem e para o efeito, mas a pessoa responsável pela imagem e pelo som, não estaria presente nesta semana e por isso a transmissão não aconteceu. (inicio: 49 minutos; fim após: 50 minutos) ----------

Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que apresentou uma Declaração de Voto, lendo o texto que a seguir se transcreve: "*Os membros da nossa bancada não estão, naturalmente, contra a atividade empresarial, muito menos contra a expansão de empresas de sucesso. Reiteramos claramente o nosso apreço por quem investe, por quem cria emprego, por quem cria riqueza, desde que não implique custos para o bem-estar da comunidade, haja transparência nos processos e se respeite os princípios da equidade e da justiça.* --
Também nada nos move contra esta empresa em concreto. Congratulamo-nos, até, com a expansão que tem conhecido e esperamos que tenha muito sucesso. ---------
Porém, relativamente ao processo em si, não nos sentimos confortáveis em manifestar-nos com um voto favorável, dada a notória falta de transparência como o processo foi conduzido." (inicio: 51 minutos; fim após: 52 minutos) ----------

2) REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E DA FEIRA SEMANAL DA MEALHADA – APROVAÇÃO FINAL: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Iola Batista, João Louceiro e Ana Luzia Cruz. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Iola Batista, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a intervenção que a seguir se transcreve: ----------

"Senhora presidente da mesa da Assembleia Municipal da Mealhada, antes de me referir ao presente ponto da ordem de trabalhos, queremos deixar o nosso lamenta que esta não seja uma Assembleia Municipal ordinária, pois não existe razão para que não tenha sido., tal como a legislação obriga. Lamentamos igualmente que a mesma não esteja a ser transmitida em Streaming, tal como aprovado nesta mesma Assembleia em sessões anteriores. ----------

Agora sobre o ponto 2 da ordem de trabalhos: ----------

Ex.mos Srs.: ----------
Esta solução para o Mercado Municipal da Mealhada nunca foi apoiada pela Coligação Juntos pelo Concelho de Mealhada e, há quatros anos, fomos bem claros sobre este assunto. ----------
Contudo o edifício está lá, e teremos de o potenciar em prol da comunidade. Pelo que apoiaremos o presente proposta de regulamento. ----------
Não obstante ser necessário um novo Mercado Municipal, não podemos deixar de referir com clareza que esta não era a nossa solução, por 3 grandes motivos: -------
- *A sua Localização* ----------
- *O Modelo do mercado e feira* ----------
- *O avultado investimento municipal (cerca de 3.000 euros dos cofres municipais)* ----------

Vejamos, no contexto atual existem várias queixas dos comerciantes da Mealhada relativamente ao decréscimo da procura. De modo geral todos os comerciantes enfrentam um decréscimo do volume de negócios. Contudo, em dia de Mercado Semanal assistimos a um aumento de trafego de clientes no Centro da nossa cidade. Com a deslocalização do mercado para fora do Centro da Mealhada, vamos perder esse tráfego. ----------
Por outro lado, quem frequenta semanalmente o Mercado, comprova que existe um grande número de pessoas que se desloca a pé e faz as suas compras semanais transportando as mesmas na mão ou com a ajuda de pequenos carrinhos de compras. Será, caríssimos senhores, que essas mesmas pessoas vão agora deslocar-se; por exemplo, da Póvoa da Mealhada a pé, atravessar o túnel do caminho de ferro, ou outro dos caminhos alternativos (qual deles o mais difícil de fazer a pé) para fazer as compras semanais?? ----------
Receamos muito seriamente que com esta filosofia/modelo de mercado impessoal e pouco flexível e afastado do Centro da Cidade, apesar dos milhões de euros municipais lá enterrados, possamos vir a matar o Mercado da Mealhada e ao mesmo tempo o Comércio Tradicional do centro da Cidade. ----------
Mas não estamos aqui para nos lamentar sobre as erradas decisões, mas sim para diagnosticar e encontrar soluções criativas para resolver os problemas. E acreditamos que o que é preciso é uma lufada de ar fresco na gestão municipal, sangue novo para encontrar alternativas que ajudem os nossos munícipes: ----------
maximizando o novo Mercado Municipal e promovendo a revitalização do comércio tradicional da Mealhada que deverá estar em articulação com a necessária reabilitação urbana do centro da cidade da Mealhada.." (inicio: 53 minutos; fim após: 57 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que já estava habituado à desvalorização daquilo que o Executivo fazia, neste e no anterior mandato. Continuou dizendo que, se a memória não falhava, em 2014 Tinha recebido um ofício da Santa Casa da Misericórdia a informar que precisava do espaço onde decorre o Mercado Semanal, e o desafio foi ou encontrar um espaço ou não haveria mercado, tendo de seguida discutindo todas as possibilidades com a

equipa responsável pelo Plano Diretor Municipal, e optado por aquele local. Terminou referindo que com a urbanização da Quinta dos Coutos e depois do plano de urbanização da Quinta do Murtal estar realizado, vai ocorrer um grande aumento populacional na zona e que chamar ao local descentrado parece um exagero, e que as pessoas tem de ver mais longe. (inicio: 57 minutos; fim após: 1 hora) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------

"Na apresentação da proposta (repetido na nota justificativa) é lembrado que, de acordo com o estipulado na lei, para a elaboração das propostas de regulamento desta natureza e para estes fins, as câmaras municipais estão obrigadas à prévia audiência das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente associações representativas do setor e dos consumidores. Assim sendo, perguntamos (de forma enfática, porque esta questão, tendo sido colocada a propósito da proposta de regulamento do Mercado Municipal da Pampilhosa quedou-se sem resposta, o que não deixa de indiciar que poderá ter havido menor cuidado com o cumprimento da lei): ----------

- Quais foram, em concreto, as entidades representativas dos interesses em causa que a CM contactou para ouvir previamente à elaboração do presente projeto? ------

- Quais responderam ao contacto? ----------

- Como foram ouvidas? ----------

- O que resultou dessas auscultações? ----------

É verdade que da apresentação da proposta consta a informação de que o projeto foi submetido a audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa. Esta informação, no entanto, não torna desnecessárias as perguntas antes formuladas. ----------

Na apresentação é dito que, com a conclusão das obras do Mercado Municipal da Mealhada (MMM), torna-se necessária a elaboração e aprovação do seu regulamento. Quando é que o MMM está em efetivas condições de ser aberto aos comerciantes e aos consumidores? ----------

Reiterar, como aconteceu com o regulamento da Pampilhosa, que o PCP se revê nas finalidades enunciadas para o MMM: desenvolvimento do território, incentivo ao setor primário, circuitos curtos de comercialização, incremento da economia local, escoamento de excedentes para pequenos produtores, desenvolvimento do comércio local, são ideias fortes que o PCP acompanha. Necessário, claro, será que elas não sejam meras proclamações e se tornem realidade, tendo nisto importância determinante a atuação da autarquia que terá de ser de grande empenho. Não será fácil mas é obrigatório. ----------

Fala-se do MMM como um espaço dinâmico, com animação e iniciativas permanentes. Tal como o PCP tem insistentemente proposto na Pampilhosa, para aqui também vale dizer que esses objetivos não se alcançam, em princípio, com o deixar acontecer as coisas, as oportunidades, com o recurso menos qualificado ao que vai aparecendo à mão, mas com uma programação cuidada, um projeto de

animação bem estruturado que, pensamos, também deve envolver recursos e entidades locais. ----------
A versão é classificada como definitiva, isto é, ou é aceite ou não. Tudo indica que contributos apresentados nesta fase, mesmo que de forma, já não sejam tomados em conta. O que não impede que sejam feitos reparos, claro. ----------
O n.º 3 do art.º 33.º – Horário de funcionamento [feira semanal] – tem um problema de redação que deveria ser corrigido, não obstante esta proposta de regulamento ser apresentada como versão definitiva. ----------
Parece-nos, de qualquer modo, que este texto está mais cuidado do que outros regulamentos que temos apreciado nesta assembleia, para os quais nunca deixámos de, construtivamente, apresentar propostas de melhoria da própria redação e ortografia, nem sempre ouvidas com cuidado e, uma ou outra vez, até, recebidas com incompreensível agaste. ----------
O art.º 34.º, n.º 5, estabelece que a suspensão temporária da realização da feira (possibilidade que também nos parece necessário prever) é divulgada previamente. Julgamos, no entanto, que, para segurança dos feirantes e conhecimento dos consumidores, o regulamento devia prever a antecedência com que isso deverá acontecer. ----------
A norma transitória definida no art.º 61.º prevê que os operadores económicos que se encontram a exercer a atividade no Mercado da Mealhada e cumpram os requisitos legais mantenham o direito à ocupação do espaço de venda no novo Mercado e na Feira. Pedimos que confirmem se estes novos espaços são suficientes – estamos em crer que serão – para albergar todos os operadores agora em atividade. ----------
Terminamos insistindo na pergunta inicial – quando se prevê que entre em funcionamento o MMM – e declarando, desde já, que o PCP votará favoravelmente esta proposta de regulamento." (inicio: 1 hora e 01 minutos; fim após: 1 hora e 08 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins, que no uso da mesma, iniciou por dizer que foram consultadas entidades mas que só a DECO respondeu. Relativamente à programação e animação do espaço, será para momentos pontuais e alguns momentos festivos que se venham a definir dentro daquilo que é a programação do funcionamento do espaço. Sublinhou que quando o projeto foi pensado, ainda relativamente à questão da localização, foi feita mais que uma ação onde participaram os feirantes, tendo inclusive ocorrido uma sessão na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, onde foi feita a apresentação dos possíveis locais e de onde saiu uma orientação dada pelos operadores que vendiam à data no espaço sobre esta matéria, e portanto, este projeto não saiu da cabeça de um qualquer político ou de um qualquer técnico sem ter ouvido os operadores. Relativamente à quantidade de operadores, disse que foi feito um levantamento muito exaustivo da quantidade e da tipologia de operadores que existiam no mercado municipal e o novo mercado foi dimensionado tendo em conta essa especificidade e

quantidade de operadores, havendo efetivamente ainda mais lugares que aqueles que são os operadores existentes. Referiu que foi lançado o repto aos operadores de irem demonstrando a sua vontade, ou não, de permanecer no espaço e, de facto, as solicitações de intenção de ocupar o novo espaço têm sido bastante satisfatórias, e dizer-se que aquilo vai ser um elefante branco não será o mais correto. Quanto às acessibilidades serão, sem dúvida, muito melhores que aquelas que têm atualmente o mercado municipal e quando é questionado como é que as pessoas da Póvoa virão para o Mercado da Mealhada, salientou que aquele mercado não é o Mercado da Póvoa mas sim o Mercado Municipal. Continuou dizendo que existem dois acessos: o túnel de acesso junto à câmara municipal e o túnel por baixo da estação de caminho-de-ferro, adequados para que as pessoas façam o seu percurso até ao mercado, do centro e da Póvoa e que quando se fala em acessos convém também olhar para a realidade do terreno do Concelho. Finalizou, no que respeita aos artigos enunciados, dizendo que o regulamento foi feito com a abertura necessária e suficiente para que depois quem o tem que operacionalizar poder trabalhar. (inicio: 1 hora e 08 minutos; fim após: 1 hora e 15 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------

" Solicitava esclarecimento sobre a Suspensão Temporária da Realização da Feira (Artigo 34) – No caso de suspensão da Feira, não pagam taxas de ocupação aos feirantes, o que se entende, mas não lhes são ressarcidos do prejuízo da suspensão? ----------

Localização do novo mercado e acessos - A questão da mobilidade é pertinente independentemente da localização do novo mercado; pois onde quer que fosse a sua localização as pessoas não têm transporte público nem acessos que facilitem essa mobilidade. A questão da passagem subterrânea de escadas junto ao Teatro café continua por resolver, por exemplo, algo que denunciamos desde 2017. As pessoas andarão Km a pé carregados com os sacos nas mãos, tal como acontece noutros pontos do concelho ou dependentes de carro próprio Uma pessoa idosa ou com problemas de locomoção, estará dependente do carro dos outros para fazer as suas compras. É urgente agilizar um transporte público municipal de qualidade para o concelho, até para atingirmos as metas para a descarbonização. E mais tarde ou mais cedo, é isso que terá de acontecer." (inicio: 1 hora e 15 minutos; fim após: 1 hora e 20 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins, que no uso da mesma, iniciou por dizer que relativamente ao artigo 34.º, o mesmo está incorporado num capítulo que é «*Urbanização e Funcionamento da Feira Semanal*» e diz tão só respeito à Feira Semanal e não diz respeito ao mercado. Realçou que o tipo de produto comercializado na feira são não perecíveis, porque os outros serão trabalhados dentro do mercado, e a suspensão temporária é nesse sentido porque as pessoas que normalmente vêm vender para a feira, não têm um cariz tão permanente de venda, é mais esporádica e para salvaguardar uma situação pontual

como por exemplo a realização um evento de índole municipal no parque, junto do mercado municipal, mas que o objetivo primordial é manter sempre que possível o normal funcionamento do Mercado. (inicio: 1 hora e 20 minutos; fim após: 1 hora e 23 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio: 1 hora e 23 minutos; fim após: 1 hora e 23 minutos) ----------

3) 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL DO ANO 2021: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Louceiro, Bruno Coimbra e Ana Luzia Cruz. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------

"Na sessão da AMM de 30 de abril, o PCP questionou a sucessão de propostas de revisão orçamental, quase a cada sessão, pedindo explicações sobre esta opção. -- Na resposta, o presidente da CM disse que em princípio não haveria mais revisões orçamentais, podendo haver várias alterações orçamentais, tal como consta da ata daquela sessão de abril. ----------

Temos em apreciação, afinal, uma nova revisão orçamental, mesmo em cima do fim do mandato, o que, sem pôr em causa o recurso a esta possibilidade, não deixa de transmitir uma ideia de que estamos a navegar à vista, a acertar repetidas vezes o rumo e a direção. ----------

Que explicações entende o senhor presidente dar para o aparecimento de mais esta proposta de revisão orçamental, feita in extremis, a menos de uma semana das eleições autárquicas? ----------

Quais são, a final, os aspetos determinantes e as contingências que obrigaram à apresentação da terceira proposta de revisão orçamental de 2021?" (inicio: 1 hora e 24 minutos; fim após: 1 hora e 26 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por retificar que na reunião de Câmara de três de agosto de dois mil e vinte e um, foi deliberado aprovar, por maioria, a revisão orçamental e não por unanimidade. Continuou dizendo que as revisões orçamentais são para se fazer quando são necessárias e do exercício orçamental e que a mesma ocorre apenas para se puderem utilizar recursos financeiros e em coisas que precisem desses recursos, por exemplo, para um ou outro pagamento de subsídios, coisas para anos seguintes ou fazer alocação de recursos orçamentais a obras que estão neste momento já em curso de adjudicação. Finalizou salientando que a questão das eleições não se coloca e este é um trabalho que fica feito para o próximo executivo, solicitando seguida à Senhora Presidente da Mesa que fosse dada a palavra à Senhora Dra. Susana Cabral, que no uso da palavra, disse que esta revisão era relativamente aos

valores de anos seguintes, não tanto do próprio exercício de dois mil e vinte e um, dado às adjudicações que entretanto vão surgindo e é necessário ajustar os valores às próprias propostas dos empreiteiros e ao cronograma que eles apresentam em termos de proposta e que não era possível fazer através de uma simples alteração orçamental. (inicio: 1 hora e 26 minutos; fim após: 1 hora e 29 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra, pediu a palavra, e no uso da mesma, disse que tal como esclarecido e retificado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a revisão orçamental foi aprovada por maioria com a abstenção dos vereadores da coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada. Prosseguiu dizendo que também os Deputados Municipais membros da coligação não acompanham a revisão orçamental, pois existem divergências a nível estratégico de desenvolvimento do Concelho e quanto mais o tempo passa mais divergem, e que a execução orçamental é um espelho do fracasso de uma estratégia autárquica, sendo que desde dois mil e dezasseis não há um único ano sequer onde a execução de despesa de capital chega aos cinquenta por cento e que se fosse avaliar as promessas eleitorais do Senhor Presidente da Câmara Municipal a percentagem era ainda mais baixa, porque é importante perceber se os orçamentos que são aprovados correspondem, de facto, ao que se prometeu, e a verdade é que são também muito mais as situações em que não cumpriu aquilo que prometeu do que aquilo que cumpriu. De seguida elencou uma série de obras que não tinham sido concluídas durante o mandato e que por isso um orçamento sem execução não poderia ter aprovação. Disse ainda que este foi um mandato perdido, que deixou o concelho um pouco mais aquém daquilo que poderia ser, e que alguma coisa está mal porque, de facto, se vai para eleições e hoje tem visto aqui várias intervenções de Senhores Vereadores que não vão acompanhar o Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua recandidatura e, portanto, algo tem que estar mal para uma equipa sair inteira. Finalizou que não se reveem neste orçamento e que para o aprovar o mesmo o Senhor Presidente da Câmara Municipal terá que colher o apoio daqueles que se apresentam com ele em eleições e que não se importam com o estado em que, de facto, a execução dos seus orçamentos leva ao estado do concelho. (inicio: 1 hora e 29 minutos; fim após: 1 hora e 35 minutos) ----------

Em seguida a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para esclarecer que, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra, se revê e subscreve o projeto apresentado e tinha sido um gosto trabalhar com este Executivo e que apesar de ter muito gosto em continuar, não o faria por razões pessoais e profissionais. Terminou sublinhando que em assembleias anteriores insurgiram-se quanto à captação de imagem, e que quando são fotógrafos informam, mas que a Mesa nota que o estão a fazer. (inicio: 1 hora e 35 minutos; fim após: 1 hora e 38 minutos) ----------

Posteriormente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que iniciou por dizer que o Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra prima pela ausência ou pelo silêncio e que nesta reunião quis demostrar que sabia alguma coisa do que se passa no Concelho mas que disso sabia pouco ou nada.

Relativamente à situação financeira disse que, em dois mil e treze, herdou de situação de tesouraria seis milhões, novecentos e cinquenta e sete mil euros e que atualmente o balancete de tesouraria da Câmara Municipal está com pouco mais de seis milhões de euros, e portanto, dir-se-ia que todos os recursos financeiros colocados à disposição do município foram aplicados, porque o saldo com que vai acabar o mandato é igual àquele que foi recebido, salientando que os orçamentos municipais são feitos com regras de previsão de receita de modo a ter liberdade de movimentação dentro do orçamento e que se seguiu sempre o bom principio das finanças locais que no fundo é poupar em despesa corrente para aplicar em capital. Realçou de seguida que, excetuando os grande Municípios da Região de Coimbra, não há quem tenha obtido tantos fundos comunitários como a Mealhada, mesmo tendo em conta que se trata de um Município pobre, com pouca verba recebida em IMI, e que todo o dinheiro que o município pôde arrecadar, quer por transferências do Estado, quer por fundos financeiros de variada natureza, fundos comunitários incluídos, todo ele foi aplicado. Em relação à equipa apresentada a eleições disse que não tinha que dar satisfações sobre isso, e que a mesma era boa e mais que capacitada, com pessoas com provas dadas, terminando por dizer que caso a intervenção do Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra versa-se sobre ambiente não teria respondido pois reconhece-lhe competência nessa área mas sendo o tema finanças tem mais experiência e saber na matéria que ele. (inicio: 1 hora e 38 minutos; fim após: 1 hora e 44 minutos) ----------

Ato contínuo o Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra solicitou a palavra, tendo a Senhora Presidente da Mesa questionado qual o fundamento para tal pedido e obtido como resposta tratar-se de uma Interpelação à Mesa relativamente à condução dos trabalhos, tendo-lhe sido portanto concedida a palavra, sendo que no uso da mesma, iniciou por responder à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que de modo algum a classifica como atentatória à sua honra e questionando acerca do orçamento, facto que conduziu a Senhora Presidente da Mesa a indagar acerca do teor da intervenção e que, em cumprimento do Regimento, não podia retorquir à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. (inicio: 1 hora e 44 minutos; fim após: 1 hora e 48 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------

"Gostaria de solicitar esclarecimento sobre as razões para esta 3ª revisão orçamental: ----------

O Novo edifício camarário – 254 500...Euros...? ----------

36 000 para o chalet suiço; polivalente e escadaria cinema Luso- 52. 100 Euros? Que intervenções estão a ser feitas? ----------

Que outro equipamento básico no valor de 134 681 Euros?? Verificamos que o município não concorreu ao programa do 1º direito. – Habitação a rendas acessíveis. Porquê? ----------

Ainda neste ponto, em que fiscalizamos a ação e opções deste executivo aproveitava para recordar que no ato de posse para este mandato, houve um mau prenúncio,

como diria Eça de Queirós, quando da taça onde se colocaram papéis brancos com o voto para a eleição da mesa deste órgão, saíram papeis pretos!...Um prenúncio de um mandato difícil, controverso e trágico, como foi trágica a venda da EPVL e ainda mais trágica a pandemia que nos atacou... ----------

Permita-me sra Presidente, deixar aqui um voto de que no próximo ato de posse para a AM, ao contrário do que foi feito há 4 anos, a sessão seja aberta ao maior número possível de público e que seja dada palavra a todos os representantes eleitos dos vários partidos com assento na AM (e não apenas ao eleito pelo partido vencedor como aconteceu), agradecendo o voto que lhe foi confiado pelos munícipes. Sendo a AM um órgão da democracia e fiscalizador, isso tem de ser uma realidade no seu funcionamento, logo na sessão de tomada de posse." (inicio: 1 hora e 48 minutos; fim após: 1 hora e 57 minutos) ----------

Posteriormente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que iniciou por dizer que relativamente à rubrica «*Outros Equipamentos Básicos*», há um reforço de trinta mil euros e que da mesma sai todo o equipamento básico, desde uma bomba de água, qualquer coisa que tenha a ver com o mobiliário ou material elétrico, esta é uma rubrica genérica de equipamento básico pois é assim o classificador municipal. Quanto ao edifício sede, existia um projeto com o custo estimado de doze milhões de euros, sendo esse valor incomportável para o Município, e que o projeto atualmente apresentado custará metade desse valor e que relativamente aos arruamentos, eles tem qualidade e estão todos transitáveis. Prosseguiu dizendo que, na opinião do Executivo, o Programa 1º Direito não é aquele que melhor se aplica à Mealhada e que se está a desenvolver a Estratégia Local de Habitação, com acesso a fundos PRR a cem por cento, para poder investir em construção a cistos controlados. E seguida mencionou a questão da demografia, explicando que a população da Mealhada desceu menos, comparativamente com os Concelhos vizinhos, e que o problema esta do lado dos nascimentos, sublinhando que estava aberto a sugestões para solucionar o problema e salientando a problemática da emigração que assola o país e que tem repercussão na natalidade. Desenvolveu, no que concerne às obras, que o mais difícil é chegar à adjudicação, e que depois disso é só o empreiteiro começar os trabalhos e que quando referem as obras incompletas muitas estão já adjudicadas e outras não o estão por imprevistos que todos conhecem, assim como devido à pandemia que assola o país, acrescentando que acha lamentável que Senhores Deputados falem mal do Concelho. Finalizou dizendo que, em termos turísticos, a Mealhada representa metade das dormidas da Bairrada e duzentos mil leitões abatidos. (inicio: 1 hora e 57 minutos; fim após: 2 horas e 06 minutos) ----------

Ato contínuo, e não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Maria de

Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Rosa Maria dos Santos Baptista, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e nove abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Iola Marina Gaspar Batista, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio: 2 horas e 06 minutos; fim após: 2 horas e 07 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, que apresentou uma Declaração de Voto, iniciando por expressar que concorda e se revê no apresentado e que a obra não aparece feita por artes mágicas. Continuou dizendo que, apesar de para a maioria das pessoas o importante é ver grandes edificações, o relevante são as questões da educação e os esforços feitos, a área social, o turismo e não esquecer também os desastres naturais e a pandemia que assolaram o Concelho, reconhecendo o esforço que foi feito pelos profissionais de saúde, aqui no município, com a colaboração e empenho da Câmara. (inicio: 2 horas e 08 minutos; fim após: 2 horas e 10 minutos) ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 22 horas e 50 minutos, do dia 20 de setembro de 2021, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, no dia dezoito de maio de 2022, pelos Senhores Deputados Municipais que estiveram presentes na Sessão a que a mesma reporta e que têm assento no órgão deliberativo no Mandato 2021-2025, a saber: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Susana Catarina Simões de Almeida, Iola Marina Gaspar Batista, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, em conformidade com o disposto no número 3, do artigo 34.º, do Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e com o Parecer n.º 62/2022, de 12 de abril, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Centro, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal, em funções no Mandato 2021 – 2025. ----------

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal (Mandato 2021 – 2025)

1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal (Mandato 2021 – 2025)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 354

2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal (Mandato 2021 – 2025)

Maria João Rodrigues dos Santos